



University of  
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

# revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 16, n. 1, art. 11, p. 231-251, jan./fev. 2019

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

http://dx.doi.org/10.12819/2019.16.1.11

DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

WZB  
Wissenschaftszentrum Berlin  
für Sozialforschung



## Avanços e Retrocessos para os Transexuais nos Espaços Públicos

### Advences Setbacks and for Transexuais in Public Spaces

#### Rafaella Cristina Campos

Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Lavras  
Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras  
Professora da Faculdade Presbiteriana Gammon  
E-mail: rafaella\_ccampos@hotmail.com

#### Késia Aparecida Teixeira Silva

Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Lavras  
Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras  
Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas  
E-mail: kesia.atsilva@yahoo.com.br

#### Marcelo Antônio Lopes

Graduação em Psicologia Pela Universidade José do Rosário Vellano  
E-mail: lopes.marceloantonio@gmail.com

#### Mônica Carvalho Alves Cappelle

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais  
Professora do Departamento de Administração e Economia da Universidade federal de Lavras  
E-mail: edmo@dae.ufla.br

---

#### Endereço: Rafaella Cristina Campos

Rua Interact Clube, número 136, bairro Jardim Europa.  
Lavras/MG. CEP 37200-000. Brasil.

#### Endereço: Késia Aparecida Teixeira Silva

Universidade Federal de Lavras, Pró Reitoria de Gestão  
de Pessoas. Campus Universitário. 37200-000 - Lavras,  
MG - Brasil - Caixa-postal: 3037. Brasil.

#### Endereço: Marcelo Antônio Lopes

Rua Nicolau Cherem, apartamento 101. Bairro Centro  
Lavras/MG. CEP37200-000. Brasil.

#### Endereço: Mônica Carvalho Alves Cappelle

Universidade Federal de Lavras, Pró Reitoria de Gestão  
de Pessoas. Campus Universitário. 37200-000 - Lavras,  
MG - Brasil - Caixa-postal: 3037. Brasil.

#### Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 25/07/2018. Última versão  
recebida em 15/08/2018. Aprovado em 16/08/2018.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review  
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review  
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



## RESUMO

O objetivo deste ensaio teórico é discutir os avanços alcançados ao se tratar questões referentes aos transexuais. Inicialmente, argumenta-se que as discussões que abrangem a sexualidade é algo recente que passou a ser debatido a partir dos Movimentos Feministas. Neste ínterim, observa-se uma abertura para que questões referentes à homossexualidade pudessem ser tratadas, proporcionando maior visibilidade social aos transexuais. No cerne destas discussões estão temáticas que mereceram destaque no presente ensaio teórico e que se referem-se à constituição da identidade dos transexuais, a os aspectos jurídicos que envolvem a transexualidade e às políticas públicas voltadas para a saúde e segurança destes indivíduos.

**Palavras Chave:** Transexuais. Espaços Públicos. Feminismo.

## ABSTRACT

The objective of this theoretical essay is to discuss the advances made in dealing with transsexual issues. Initially, it is argued that the discussions that cover sexuality is something recent that has come to be debated from the Feminist Movements. In the meantime, there is an opening for questions regarding homosexuality to be addressed, providing greater social visibility to transsexuals. At the heart of these discussions are topics that were highlighted in this theoretical essay and which refer to the constitution of the identity of transsexuals, the juridical aspects that involve transsexuality and the public policies focused on the health and safety of these individuals.

**Key words:** Transsexuals. Public Spaces. Feminism.

## 1 INTRODUÇÃO

Na sociedade contemporânea, desde os anos de 1950, com o início da Revolução Feminista acoplada à Revolução Sexual, há uma crescente discussão sobre a corporeidade e a sexualidade humanas, questões estas que, por convenções culturais e sociais, eram resguardadas, não se abrindo espaço para o debate público.

O impulso de se discutir essas questões surgiu nos anos de 1950 e continua crescendo porque, segundo Adrião, Toneli e Maluf (2011), a mulher, ao se tornar sujeito político e operante com o Movimento Feminista, abriu portas para a discussão de valores morais e fatos que sempre estavam presentes na sociedade brasileira, mas nunca se ousara falar sobre eles, dado o domínio masculino presente na época. Com o decorrer do tempo, houve uma maior abertura para essas discussões, o que possibilitou a quebra de paradigmas antes intransponíveis.

Falar sobre sexo, gênero e suas manifestações se tornaram não só uma prática emergente, mas necessária tanto no ambiente clínico dos consultórios, como também, nas vias de comunicação social e na academia. Falar do corpo em suas múltiplas variações e contextos implica falar não só do biológico, mas também, senão principalmente, falar da identidade pessoal. Falar de si, implica falar de uma, micro sociedade que circunda o indivíduo, não só de suas corroborações íntimas, mas também de toda uma gama de relações interpessoais que implica diretamente na forma com que o sujeito transmite isso para os demais a sua volta.

Assim como outras questões não dependem apenas de entendimento e expressão livre pessoal, a manifestação da sexualidade e do corpo biológico está velada de constructos e conceitos que muitas vezes não são pensados ou argumentados pelos indivíduos que, invariavelmente, passam pelo processo de legitimação da sexualidade e do corpo.

Pode-se considerar que existem duas formas de se legitimar a expressão da sexualidade. Esta pode vir quando o indivíduo reafirma sua concepção biológica com a sua identidade psíquica e emocional, ou seja, nasce-se fêmea e identifica-se mulher, ou nasce-se macho e identifica-se homem. Também pode acontecer de o indivíduo nascer homem, mas não se identificar como tal e, assim, ver em si mais traços, semelhanças e desejos femininos.

Há uma ramificação de estudos que aborda o fato de que, quando um indivíduo tem a identidade sexual em conflito com a identidade fisiológica, depende deste mesmo indivíduo os rumos a tomar em relação a tal situação. Nesse sentido, é cada vez mais comum a presença na sociedade de homens que se transvestem de mulher e de mulheres que se transvestem de homem, ou seja, eles se comportam de maneira contrária ao que se espera de seu gênero. Em

algumas situações, esses indivíduos optam, inclusive, por mudar o sexo. Atualmente, com o avanço progressivo da Medicina e a difusão acelerada de informações, quando este conflito entre biológico e psíquico é demasiado para o indivíduo prosseguir, se legitimar e conviver socialmente, há o recurso da cirurgia de mudança de sexo. É esse indivíduo, que o presente estudo aborda por meio de uma pesquisa bibliográfica: os transexuais ou transexuais.

Apesar do recente movimento de despatologização das identidades LGBTT e o casamento homo afetivo, são conquistas recentes com espaço comunitário gigantesco, mas ainda estigmatizado no contexto macro social.

No entanto, a Psicologia entende que, mais que uma definição clínica, o indivíduo transexual traz consigo as entrelinhas deste diagnóstico. O fato de ser considerada uma patologia significa que a conduta transexual, é também considerada fora do padrão convencional e dita “normal”. Entende-se que o transexual em sua maioria, vai passar pelo mesmo processo de negação e tentativa de justificar as circunstâncias que o levaram a tal feito, a fim de tentar se encaixar no padrão que é exercido por ele. Além disso, trazer consigo um diagnóstico clínico traz também um estigma.

Como já mencionado, falar de corpo e sexualidade foi e ainda é um tabu. É notório que há muitas vertentes que tentam romper esta máxima, mas ainda estamos num caminho sinuoso e recente para alcançar grandes avanços imediatos. Se falar de corpo e sexualidade na “normalidade” ainda é considerado uma situação bastante constrangedora para a sociedade, quanto mais seria difícil falar e discutir sobre um corpo que não está pronto ou modulado apropriadamente para a psique que o ocupa, como é o caso dos transexuais.

Com tantas questões envolvendo a sexualidade, especificamente neste trabalho as questões sobre transexuais, pergunta-se: Quais avanços têm alcançado as discussões sobre transexuais e transexuais? Diante de tal questionamento, esta pesquisa tem como objetivo principal realizar uma discussão sobre a temática transexuais e transexuais, buscando-se, especificamente, debater as questões mais salutaras e evidentes que perpassam este tema e avaliar os avanços e/ou retrocessos alcançados em prol dos indivíduos transexuais.

Este trabalho é justificável ao propor uma análise sucinta do estado da arte em pesquisas da temática referente a transexuais e transexuais, buscando maior disseminação de informações academicamente relevantes e verídicas, proporcionando não só um melhor aproveitamento do tema na academia, mas colaborando para a diminuição da presença de alguns constructos errôneos que circundam as discussões sobre sexualidade e corporeidade na atualidade, desmistificando alguns fenômenos.

Para trazer à baila essa discussão, inicialmente contextualiza-se historicamente o movimento transexual como derivado dos avanços conquistados por meio do Movimento Feminista que proporcionou a possibilidade de se debater questões sexuais e corpóreas vivenciadas por alguns nichos da sociedade. Posteriormente, converge-se a discussão para a formação da identidade e da personalidade dos transexuais analisando-se o corpo como reflexo da psique humana. Em seguida, analisam-se os aspectos jurídicos que ora favorecem, ora desfavorecem o público transexual. Nos capítulos seguintes aborda-se a maneira como as políticas públicas referentes à saúde e à segurança têm atuado no sentido de garantir acesso aos direitos humanos por parte dos transexuais de forma a facilitar a convivência destes em sociedade.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Contextualização Histórica: o Movimento Feminista como Possibilidade para as Discussões sobre Sexualidade e Corporeidade**

Falar de aspectos que refletem o corpo, a sexualidade e suas manifestações, tanto íntimas quanto públicas, é um tabu regido pelo contrato social e pela convivência coletiva. Atualmente, com um número considerável de veículos de comunicação que divulgam informações com grande velocidade, e tendo como plano de fundo uma sociedade globalizada, fruto de movimentos e manifestos sociais e culturais implodidos em diversos lugares do mundo, falar de sexo e corporeidade se tornou mais evidente, mas nem por isso é possível uma discussão mais consistente e menos encoberta de preceitos e pudores. Para conseguir lidar com as dificuldades de falar e expor condições humanas limitadas pelas normas regentes da vida social, muitas vezes ocorrem movimentos, manifestações ou revoluções com o objetivo de mudar a realidade perante a sociedade.

Toda e qualquer manifestação social ou cultural é resultante de inconformidades incubadas de um conjunto de pessoas sedentas por mudanças no padrão de conduta. Foi com base nesta inquietação que emergiu o Movimento Feminista nos anos de 1970 no Brasil, visando igualdade civil entre homens e mulheres e quebra da vigilância do comportamento feminino que era visto como regente da sociedade desde a monarquia. Encontros, antes tímidos disfarçados de “chás”, se tornaram fervorosos debates no senado, permitindo o ingresso das mulheres em lugares públicos, antes destinados somente aos homens e o direito

ao voto; permitindo também maiores possibilidades de emprego e educação expandindo não só os horizontes femininos, mas familiares e sociais.

De acordo com Adrião, Tonelli e Maluf (2011), os encontros e os debates, tornando-se cada vez mais críticos, recebendo mais adeptos e levando pautas salutaras a toda a sociedade brasileira, demandaram uma organização da sociedade feminina cada vez mais estruturada, permitindo que suas conquistas fossem também mais concretas não exclusivamente às mulheres, mas para toda a sociedade brasileira. Surgia, aí, a mulher como sujeito político e modificador de seu ambiente.

Pode-se perceber que, nesse momento da história, a mulher passa de expectadora a agente participante e modificadora de sua trajetória, dando rumo à sua própria vida, à de sua família, e à da micro sociedade em que estava inserida. Podemos dizer, neste momento da discussão, que a sociedade brasileira ganhou um toque feminino, e esse evento estaria por se firmar ainda mais quando, por ramificações do Movimento Feminista, por meados dos anos 1970 surge a Revolução Sexual, sustentada pelos avanços da medicina, possibilitando às mulheres o poder de escolha em proliferar, ter mais de um parceiro sexual e resguardar sua saúde.

Segundo Castel (2001), a Revolução Sexual, com base num enfoque psicanalítico, trouxe em pauta nas discussões de gênero e sexualidade, que a mulher, antes vista como o seio de bondade e neutralidade da sociedade é, principalmente um ser atuante nesta mesma sociedade, e não um mero espectador. O autor ressalta em seu estudo que o “medo” de se libertar das amarras e ataduras que impediam a voz da mulher de ecoar era não só machista, mas também feminista e sinônimo de uma sociedade acomodada e amedrontada com as mudanças que poderiam advir.

Pode-se perceber neste ponto da análise dos textos que a mulher, quando começou a participar ativamente de sua história, não só afetava mudanças femininas, mas também, acarretava modificações na sociedade em geral. Da mesma forma que mudar o padrão de conduta feminino, afeta o padrão de conduta social; falar e discutir sobre sexo e corpo afeta não só seu interlocutor, mas também, os indivíduos circundados do mesmo.

Pode-se dizer também que a sociedade brasileira em sua formação até hoje possui resquícios fortes de uma dominação masculina, mostrando que a relação de gêneros é recente para delinear os caminhos percorridos e a serem percorridos pelas mulheres em sua dinâmica com o sexo oposto. Mas vale ressaltar aqui que as conquistas requeridas pelas mulheres não visam trocar o domínio masculino pelo feminino, mas colocar em igualdade os direitos civis e a liberdade de ir e vir.

No que se refere aos indivíduos homossexuais, observa-se que o Movimento Feminista abriu portas para discussões sobre suas demandas. Adrião, Tonelli e Maluf (2011) destacam que, no 10º Encontro Nacional das Feministas em 1979, houve a necessidade emergente da representação da comunidade *gay*, ainda tímida, mas latente. Então, o Movimento Feminista convocou representantes lésbicas para integrar o corpo feminista, entendendo que as reivindicações eram tão similares e pertinentes quanto. Nesse momento não havia mais a demanda de se falar sobre igualdade de gênero, ou se havia a necessidade de se falar sobre o papel da mulher para a própria mulher, por isso o ingresso de lésbicas no movimento.

Nos anos seguintes, as discussões sobre gênero e sexo se fragmentaram e fragilizaram nas pesquisas no Brasil, lembrando que, em 1990, falar de sexo era comparado a se falar de homossexualidade, e homossexualidade desencadeava discussões implícitas a respeito de doença ou escolha de vida, ou AIDS. Neste período o foco das produções acadêmicas e discussões públicas giravam em torno do diagnóstico e possível cura para a homossexualidade e a consequência quase certa que vinha com ela, a presença do vírus HIV.

“Embora seja correto afirmar que a epidemia da AIDS acelerou a expansão dos estudos sobre a homossexualidade no Brasil durante os anos de 1990 na esteira da ampliação do debate público sobre a sexualidade humana que ela desencadeou, não é acurado dizer que é nesse momento que se inaugura aquela área de investigação.” (GÓIS, 2003, p.2).

Nota-se que, apesar das discussões sobre homossexualidade não descenderem de forma colateral à epidemia da AIDS, elas prontificaram as discussões a respeito de ambas as temáticas. Instantaneamente, estes dois focos foram colocados como dependentes um do outro, uma vez que a sociedade passava a enxergar os homossexuais como os principais focos da doença e, portanto, seus transmissores.

Neste período, inaugura-se outro movimento batizado de teorias *queer*. “O movimento *queer* na Europa inspira-se nas culturas anarquistas e nas emergentes culturas transexuais para combater o ‘império sexual’, propondo, notadamente, uma desontologização das políticas de identidade.” (PRECIADO, 2011, p.2).

Isso mostra um evento contrário à convenção social de tipificar o comportamento sexual transexuais e homossexual como patológico. Como ‘filhos’ advindos do Movimento Feminista, o terceiro sexo age em prol de seus iguais e não deixam de ser espectadores de sua história, passando a construí-la, efetivando o Movimento *Queer* e suas ramificações, a fim de estabelecer mudanças nos paradigmas sociais e culturais no que se diz respeito à homossexualidade.

Gabriel (2011) defende que a teoria *queer* em específico a ecofeminismo e ecologias *queer* aproxima o indivíduo homossexual de sua natureza primária, ou seja, de seu cerne ‘animalesco’; por isso, são vistos pela sociedade como indivíduos menos evoluídos, menos providos de desenvoltura cultural e social.

Seria ingenuidade, e até mesmo ignorância, não destacar neste trabalho que as poucas pesquisas acadêmicas que se tem sobre homossexualidade e transexualidade se preocupam com as temáticas preconceito e discriminação. Tudo que é pouco compreendido e pouco discutido gera mitos e falsas realidades, e a teoria *queer*, apesar de pretender fazer o caminho perturbador de avassalar os constructos de comportamento e pensamento sexual impostos pela sociedade contemporânea, ainda é uma prática recente que possui barreiras, muitas ainda intransponíveis.

Como fator evolutivo e cooperativo para as discussões e pesquisas em homossexualidade e transexualidade há a presença da globalização, mais especificamente o rápido estabelecimento das redes sociais provenientes de relações de pares com um mesmo ideal, mas não necessariamente próximas geograficamente, possibilitando agregação de valores e constructos diversos de cultura sobre o transexuais.

Esta praticidade de transmissão de informação traz consigo dúvidas e indagações peculiares sobre como estão sendo construídos estes novos parâmetros que fazem parte de uma parcela populacional que se volta para os transexuais e transexuais. Como já mencionado anteriormente, falar de relações de gênero, mulheres e homens, e homossexuais, implica em dizer não tão somente destes indivíduos, mas também da sociedade em que estão inseridos. Sendo assim, surge mais uma questão a ser debatida: os parâmetros familiares emergentes com o crescente reconhecimento dos relacionamentos homo afetivos e dos indivíduos transexuais.

“É dentro destes novos arranjos que surgem as famílias homo parental propondo um modelo alternativo, no qual o vínculo afetivo se dá entre pessoas do mesmo sexo incluindo, também, os casos de parentalidade de travestis e transexuais. Tais uniões não possuem capacidade procriativa, embora seus componentes possam tê-la separadamente.” (ZAMBRANO, 2006, p.5).

Este autor afirma que os arranjos familiares contemporâneos vêm se adaptando, e tudo isso provém de uma nova adaptação do próprio conceito, entendimento e caráter familiar. Zambrano (2006) contesta em seu estudo que famílias com arranjos ditos atípicos (não nucleares) possibilitam uma abertura maior para discussões íntimas sobre sexo e

corporeidade, ainda mais enviesadas em famílias típicas (nucleares ou com arranjos não ligados a homo afetividade).

Observa-se, então, que a herança do Movimento Feminista está diretamente ligada aos mínimos vínculos da Revolução Sexual que culminou, nos dias de hoje, nos novos arranjos familiares, possibilitando que indivíduos do ‘terceiro sexo’.

## **2.2 Identidade e Personalidade: Corpo como Reflexo da Psique Humana**

Segundo Costa e Vanin (2005), para entender transexualidade e transexuais é necessário entender os primórdios da homossexualidade. Para os autores que se baseiam em manuais de diagnóstico como CID-10 e DSM-IV e seguem uma linha psicanalítica, os traços homossexuais estão desde a infância, não são influenciáveis pelos pares ou pais e podem, ou não, sucumbir à necessidade de se manifestar como transexualidade ou transexuais. Isso porque grande parte dos homossexuais conseguem manifestar seu desejo e identidade sexual sem modificar e se expressar no caráter biológico do corpo.

O transexual ou transexuais passa por uma re-identificação muito mais intensa do que um indivíduo reconhecido como homossexual simplesmente. Canguçu-Campinho et al. (2009) defendem que o processo de auto identificação do indivíduo transexuais é tão intenso e contra um processo tão fortemente formado fisiologicamente que se torna um processo patológico crônico. Ou seja, o indivíduo vai tentar durante um tempo indeterminado redelinear toda uma construção biológica e hormonal preparada para uma psique que não o aceita.

De acordo com Arán (2006) além da dificuldade biológica, há também o processo de diferenciação e dinâmica da díade sexo-gênero, que leva o indivíduo transexual a se esforçar para se encaixar em uma nova categoria de gênero ou se manter apesar da transformação corpórea.

Observa-se que a ressignificação identitária do indivíduo transexuais passa não só pela transformação física, mas também pela manutenção ou retificação da identidade referente aos seus pares. O indivíduo transexual não só tem a demanda interna de ressignificar seus signos e comportamentos para si, mas também para uma gama de relacionamentos afetivamente estabelecidos, a fim de se colocar como um sujeito pertencente desta integração. Entretanto ao mesmo tempo, o indivíduo está numa encruzilhada, uma vez que não se encaixa no gênero concebido, e não é totalmente pertencente ao gênero pretendido, ficando no limbo das relações de gênero e identitárias.

Para que os indivíduos transexuais e transexuais sejam capazes de legitimar sua existência na sua coletividade, e, portanto, na sua intimidade, é necessário estabelecer um vínculo com pares de mesma perspicácia identitária corporal; para tanto há, involuntariamente, a aglutinação de redes sociais benéficas a este movimento, visando o estabelecimento e legitimação dos transexuais como classe de gênero distinta e reconhecida.

“É no outro que o sujeito se constrói parte da sociedade e se reconhece, nas similaridades com os pares. Construindo a aceitação das diferenças e igualdades, possibilita que o indivíduo encontre em si as características particulares de sua essência, mas também, encontre a pluralidade da convivência social, se tornando assim, comum a uma cultura e sociedade, por meio da identificação, por meio da dinâmica identitária.” (SOARES *et al.*, 2011, p.90).

Pode-se perceber que é necessária a identificação com o outro, com os pares, para que o sujeito se sinta e se perceba parte de uma sociedade integrada com os mesmos valores e objetivos que ele mesmo. Pode-se citar, neste momento, eventos como “A Parada do Orgulho Gay” que ocorre anualmente na cidade de São Paulo como parte de manifestação sócio-cultural concreta desta busca identitária. Várias pessoas dentre elas transexuais e transexuais, se juntam para mostrar sua igualdade e diferença perante a sociedade paulista e brasileira, buscando demarcar e legitimar seu lugar neste espaço. Ainda assim, pode-se analisar este evento como uma batalha travada para demarcar território, como se o transexual já fosse destinado a conquistar seu lugar na sociedade. Naturalmente, heterossexuais têm espaços relacionais bem definidos nas relações de gênero, mas onde está o lugar dos homossexuais, em especial dos transexuais?

Para Arán (2009), o lugar dos transexuais é sempre transitório, ou seja, existe sempre uma constante busca e uma constante legitimação para si e para os seus pares. Isso acontece porque toda a estrutura da vida de uma pessoa transexual é posta à prova dos desígnios tradicionais sociais, ou seja, trabalho, saúde, constituição familiar, todos os fatores pessoais e profissionais de uma pessoa decididamente transexual é automaticamente vigiada pela sociedade.

Para os indivíduos transexuais é difícil se legitimar porque a autonomia é lesada. Ventura e Schramm (2009) defendem que a cirurgia de mudança de sexo é a busca desta autonomia ceifada pelo convívio normativo social e pela castração dos pares.

“A possibilidade de se realizar modificações corporais com a finalidade de alterar a identidade sexual reacendeu as discussões sobre os limites da autonomia pessoal em relação às intervenções no próprio corpo e a legitimidade do uso dessas práticas para

redefinição do sexo/gênero legal como um direito de liberdade. ” (VENTURA; SCHRAMM, 2009, p.4).

É possível afirmar que o desenho do corpo, como o corpo se apresenta ao transexual e aos seus pares, permite que este indivíduo tente romper as rédeas sociais impostas a ele, quando há essa tentativa de equiparar a manifestação psíquica com a manifestação corpórea.

Próchno; Nascimento e Romera (2009, p.239) defendem que, ainda mais no mundo contemporâneo regido pelas superficialidades e imediatismos, cóleras da globalização, o corpo se tornou a representação e personificação de caráter e de perfeição. Homens e mulheres recorrem ao *body building* para aperfeiçoar e organizar externamente o que psiquicamente está desordenado. Segundo os autores: “O corpo movimenta história, contexto, rituais.”

Maluf (2002) menciona que há duas manifestações de corporeidade as ocultas e as públicas. Ambas são tentativas do transexuais de legitimar sua presença e seu papel social, mas a manifestação pública o coloca à mercê do julgamento popular, sendo novamente uma via dupla, onde há a possibilidade de legitimação.

A cirurgia de mudança de sexo não é, de acordo com os pesquisadores e profissionais da área, uma garantia de que haverá satisfação ou até mesmo identificação com o novo corpo que este sujeito irá portar. Pode ser que a manifestação da corporeidade seja adjacente à manifestação da sexualidade, sendo assim, o corpo do transexual seja fadado a sempre buscar a legitimação de seu reconhecimento e de sua funcionalidade.

Neste sentido, observa-se que o ato de modificar o próprio sexo e equilibrar-se biológica e psicologicamente não garante aos transexuais a resolução das dissonâncias que os acompanham na convivência em sociedade. Os aspectos jurídicos referentes aos transexuais afetam consideravelmente suas vidas, como exposto a seguir.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 3.1 Aspectos Jurídicos de (des) Favorecimento às Relações Transexuais

Atualmente, as pesquisas e práticas dirigidas a aspectos jurídicos relativos a pessoas transexuais e homossexuais em geral diz respeito a três vertentes de maior preocupação e apelação pública: a legitimação da união estável e das famílias que surgem destas uniões, prevenção de violência e abuso físico e emocional e conscientização da igualdade e respeito de liberdade sexual.

Segundo Corrêa (2006), as práticas judiciais que caminham em prol dos indivíduos homossexuais só começaram a se tecer no pano de fundo da epidemia do vírus HIV nos anos de 1990, quando a sociedade brasileira se viu à mercê da necessidade de discutir o comportamento sexual de jovens e adultos que disseminavam a AIDS sem precedentes. De acordo com o autor, nesse momento, os veículos de comunicação social em massa viram que era primordial falar da descoberta do corpo com função sexual e sexuada, colocando os indivíduos homossexuais como sinônimo de promiscuidade. Nesse momento, o Estado percebe que a intolerância cultural e social se tornara incontrolável e que medidas de conscientização isoladas não resolveriam qualquer questão; surgem aí as medidas judiciais protecionistas aos homossexuais.

“A “homofobia” que se constata nos debates das Nações Unidas contrasta com processos em curso nas sociedades nacionais. Ao longo dos últimos quinze anos, a Comissão Européia de Direitos Humanos julgou mais de uma dezena de casos de “direitos sexuais” envolvendo situações de discriminação, casamento, adoção, troca de sexo e identidade de gênero e, inclusive, direito à privacidade de grupos sado masoquistas.” (CORRÊA, 2006, p. 104).

Este trecho nos traz a demanda dos indivíduos homossexuais e transexuais de se manter excluídos e em sigilo da sociedade por motivos de proteção e resguardo, mas este fato viria a mudar com os movimentos direcionados ao público LGBT a fim de propor melhor convivência e integração social.

As leis propostas aos transexuais e homossexuais têm uma via de mão dupla; ora são convencionadas a proteger uma grande parcela da população de seus pares que não se identificam com suas condutas e escolhas, ora ter leis específicas para o público LGBT consiste em automaticamente excluí-los da parcela populacional regida pela constituição em si. Ter leis específicas que regem as condutas e comportamentos dos transexuais coloca-os num patamar ainda mais afastado da convivência e das proximidades das relações de gênero.

Corrêa (2006) também ressalta que um ponto crítico das leis para transexuais e homossexuais é que é a única classe de leis que não só protege do autor da ofensa, mas, também, regula o comportamento e mantém a conduta do relator. Por exemplo, as leis previstas para adoção de casais transexuais. Hoje há a permissão para adoção, se o lar permitir bem-estar para a criança, mas o comportamento afetivo das figuras parentais é vigiado, que de forma subliminar e inculcada, visando ao suposto bem-estar da criança e não exposição da mesma à promiscuidade. Ou seja, um casal transexual pode adotar uma criança, mas

diferentemente dos casais heterossexuais, há uma vigilância dos parâmetros íntimos do casal por motivos de sua opção sexual.

Silva e Nardi (2010) ainda apontam a questão da legitimação da união estável e das famílias originadas destas uniões. Os autores destacam que, por mais que tenha havido uma grande evolução da jurisdição brasileira a respeito desta questão, ainda é uma evolução crua e extremamente recente, necessitando de lapidações e de agregações de valores. As leis estão homogeneizando as famílias homo afetivas como se cada uma não tivesse sua especificidade concreta de uniões distintas, isso faz com que as leis sejam falhas e pouco eficazes.

“O ingresso da discriminação por orientação sexual, enquanto uma questão social, no espaço público e no campo jurídico e, ao adotarmos uma perspectiva genealógica, é significativamente recente. A construção de uma estrutura legal que envolva a compreensão da sexualidade em suas diversas possibilidades de manifestação e o resultado de um intenso debate e confronto na arena não somente jurídica, mas política. Diversos atores sociais aparecem como empreiteiros nesse projeto que, por certo, está inacabado.” (SILVA; NARDI, 2010, p.252).

Observa-se que os autores defendem a tese de que a discriminação por orientação sexual está presente na construção do caráter social, ou seja, desde os primórdios da formação social, nos constructos históricos. Estabelecer leis sem consciência social talvez não seja garantia de eficácia.

### 3.2 A Saúde para os Transexuais/Transexuais

A atenção à saúde pública para os transexuais e transexuais no Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, atualmente tem foco e diretriz montados para a cirurgia de mudança de sexo. O processo funciona da seguinte forma: o indivíduo busca o SUS com o interesse na cirurgia; entretanto é necessário, antes da realização da mesma, fazer acompanhamento psiquiátrico, psicológico e hormonal durante dois anos, para se averiguar a certeza do paciente em transitar de sexo. Depois que os profissionais de saúde entram num consenso sobre a positividade do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero, é aprovada a cirurgia e, então, são feitos os exames pré-operatórios para, só depois, partir para a cirurgia. Não há preparo psicológico ou psiquiátrico garantido pelo SUS após a cirurgia.

Moleiro e Pinto (2009) refletem que o problema está na epistemologia das técnicas terapêuticas utilizadas em pacientes diagnosticados com transtorno de identidade de gênero. Essas técnicas, segundo os autores, podem sucumbir a dois caminhos: primeiro é seguir à experimentação do paciente, onde o terapeuta se deixa guiar pelo discurso do indivíduo

juntamente pela falta de técnicas e teorias concretas que fundamentam o transtorno de identidade de gênero, deixando o psicólogo, por mais experiente, muitas vezes à mercê do instinto; e segundo, as técnicas terapêuticas são utilizadas com o intuito de “curar” o paciente quando este mostra uma mínima sombra de dúvida quanto ao procedimento cirúrgico, mostrando que tanto o terapeuta quanto o paciente estão numa caminhada rumo à dúvida e ao desconhecido.

De fato, temos assistido ao incremento internacional no número de psicoterapeutas que usam as abordagens afirmativas com clientes LGBT, bem como ao decréscimo no número daqueles que encaram a homossexualidade e a bissexualidade como psicopatologias (KILGORE *et al.*, 2005).

Contudo, há ainda registros do uso de técnicas psicoterapêuticas com vista à mudança da orientação sexual de clientes não heterossexuais, bem como da conceitualização da homossexualidade como uma perturbação de personalidade, ou outra, por parte de psicólogos (MOLEIRO; PINTO, 2009, p.4:5)

Isso demonstra que a Psicologia em si e suas técnicas não estão preparadas para a contemporaneidade, que nossos modelos de personalidade de comportamento ainda estão enrijecidos por uma teoria clássica que não nos permite atuar nas demandas mais emergentes e atuais das clínicas dos dias de hoje; em outras palavras, a psicologia na saúde pública, não está preparada para receber e tratar bem os pacientes transexuais em sua complexidade.

Arán e Murta (2009) discutem que estas práticas clínicas defasadas dificultam a vivência e experiência da legitimação íntima e social dos transexuais, porque o sistema não está preparado para auxiliá-los nesta transição.

“Se inicialmente a institucionalização da assistência a transexuais no Brasil esteve associada ao modelo estritamente biomédico, no qual o diagnóstico de transtorno de identidade de gênero tem como tratamento possível a cirurgia de transgenitalização, hoje a noção de saúde integral deve promover uma abertura para redescrições da experiência transexual. Este deslocamento exige, em parte, a problematização da gramática normativa dos sistemas de saber dos especialistas, que consideram o transexualismo uma patologia, dada a não-conformidade entre sexo biológico e gênero.” (ARÁN; MURTA, 2009, p.14).

Arán, Murta e Lionço (2009) afirmam, ainda, que com o processo de globalização, com a disseminação rápida de informações e com a alta demanda de inúmeros tipos de casos distintos na rede pública de saúde, a cirurgia de mudança de sexo, entre seus praticantes (corpo médicos e outros profissionais de saúde) e seus adeptos (transexuais), se tornou algo rotineiro. Sair do que as autoras chamaram de transição do “sexo para o gênero” deixou de ser

um processo de vivência para ser um processo vivido na hora da execução, aumentou os efeitos colaterais de dificuldade de expressividade desta nova sexualidade e corporeidade agregadas a este indivíduo.

Isso nos mostra que os indivíduos transexuais se tornaram parte do movimento *body building* a qualquer custo, sem mediar às repercussões futuras da tomada de decisão apressada. Novamente a marca capitalista e consumista de ter que mostrar através do corpo a perfeição não encontrada interiormente esbarra nas relações com o indivíduo, deixando-o à deriva de sua própria existência.

“Observa-se que a transexualidade se caracteriza por uma condição de intenso sofrimento. Esta experiência se dá não apenas por uma percepção de não pertencimento ao sexo dito biológico, mas, sobretudo, pela precariedade social proveniente da não aceitação desta condição por parte da normatividade cultural vigente. Para além das questões subjetivas mais singulares, esta problemática revela fundamentalmente a insuficiência da nossa categorização sexual, e demonstra como os sistemas classificatórios de sexo e gênero utilizados pelos especialistas se constituem através de uma operação de exclusão. Sendo assim, considera-se que mesmo que, conjuntamente, o diagnóstico de transtorno de identidade de gênero possibilite o acesso ao tratamento público, não se pode deixar de questionar os efeitos desta normalização.” (ARÁN; ZaidhalF; Murta, 2008, p.3).

Observa-se que o sistema de saúde público tende a normatizar a demanda transexuais fazendo, então, com que as especificidades destes indivíduos se percam no atendimento; sendo assim, entende-se, a partir disto, que os próprios indivíduos se (des) sensibilizam e se colocam em situação de homogeneidade perante os demais, impossibilitando o atendimento apropriado e indiscriminado.

Valadão e Gomes (2011) mostram ainda que este despreparo no atendimento das redes públicas de saúde acarreta a violência simbólica e concreta. Principalmente as mulheres homossexuais que buscam auxílio nas redes públicas de saúde são violadas por serem consideradas “aptas” ao ambiente de violência doméstica e cotidiana.

“A publicação da norma sobre o Processo Transexualizador no SUS, apesar de refletir importante conquista do segmento populacional de transexuais, denuncia a complexidade do avanço dos direitos sexuais no campo da Saúde Coletiva. O objetivo é a consideração da crítica dos avanços, impasses e desafios na instituição dessa política pública de saúde, discutindo a ambivalência no processo de construção da norma técnica. Há o resgate de duas correntes paralelas de inserção do debate sobre saúde de transexuais no Ministério da Saúde: a judicialização e o compromisso com o programa de governo Brasil sem Homofobia. Sinaliza a qualidade parcial do avanço conquistado pela publicação da norma, já que estabeleceu, ao mesmo tempo em que afirmou o direito à saúde para transexuais, campos de exclusão para possíveis beneficiários das mesmas ações de saúde previstas, especificamente as travestis. A hipótese sustentada é a da incidência da

heteronormatividade e do binarismo de gênero como fator limitador da democratização dessa política de saúde.” (LIONÇO, 2009, p.3).

A intenção das políticas públicas de saúde não é discriminar, é atender maciçamente, mas observa-se que isso não acontece. Talvez porque a população transexual seja ainda vista como minoria, e desta forma, espera-se que haja necessidade de adaptação do atendimento de saúde para este público. Segundo Mello *et al.* (2011), as políticas públicas de saúde para transexuais caminham para o aprimoramento das técnicas cirúrgicas, psicológicas e psiquiátricas, mas não para o fim da discriminação e para o bom atendimento regional.

### 3.3 A Segurança Pública para os Transexuais/Transexuais

A população transexual no Brasil não tem proteção do Estado, apesar de haver programas de leis que pretendem proteger os transexuais da crescente margem de agressão física e ao direito de formar uma família (como foi ressaltado no item 3.3), a segurança pública e a protelação de vagas de emprego para a classe dos transexuais é estereotipada e não tem grandes alcances de sucesso, salve raras exceções.

Leite Jr, (2011, p.101) descreve em seu trabalho que a população transexual tem um percentual marcante e expressivo na indústria da prostituição e pornografia nacional. Isso acontece porque, segundo o autor, os indivíduos transexuais têm, por si só, uma dificuldade de se identificar e se apreciar como ser sexual e sexualizados, sendo assim, as manifestações do corpo e do sexo muitas vezes, para estes indivíduos passam por sintomas maníacos e exibicionistas, em busca de uma auto-afirmação. Dessa forma, a indústria pornográfica abstrai estes sujeitos, tornando o trabalho de prostituição característico deles, como se fosse uma definição ocupacional de ser transexuais; automaticamente ser encaixado numa grande fatia de participação na pornografia e prostituição.

É possível pensar este fator de trabalho na indústria pornográfica e de prostituição como um estigma circular, um círculo vicioso. Primeiro, o indivíduo se assume transexual, depois por encargo social de âmbito micro e macro, ele se vê em constante colocação de prova para comprovar e legitimar seu pertencimento ao coletivo. Com este investimento psíquico fracassado e com as políticas públicas de saúde, segurança e trabalho fragilizadas no Brasil para atender ao público transexuais, eles são empurrados para a margem do assistencialismo estatal. Sem recursos e perspectivas de melhoria e aceitação social, o indivíduo transexual se joga na indústria que, estigmatizada, o aceita, a pornográfica. Ao ingressar nesta indústria, o indivíduo fica ainda mais estigmatizado e precisa de assistência do

governo, que não está preparado para atender este público. O atendimento ao transexuais pelo Estado está defasado o empurrando para profissões de pouco alcance e visibilidade de ascensão de carreira. O Estado em si produz as dificuldades que depois tenta estancar.

Rodrigues (2009) afirma que, uma vez que a presença da população transexual vem crescendo e o mercado de prostituição e pornografia vem dando o mesmo sinal, o intuito do Estado é legalizar as atividades de cunho sexual para garantir os direitos trabalhistas, e não uma rigorosidade criminal ou penal.

França (2007) afirma que a população transexual é um consumidor voraz e que o mercado ainda não se deu conta disso. Com as condições de trabalho impostas pelo estigma social, dificilmente os transexuais terão expressividade econômica no Brasil. No trabalho da autora há destaque para os setores de cosméticos e entretenimento que lucram drasticamente com esta população, mas mesmo assim, não se preparam para seus clientes em potencial.

Para as políticas de segurança pública e de trabalho para os transexuais não há como dizer que medidas isoladas para estes indivíduos sejam a melhor saída, até porque as medidas isoladas para uma população específica que não visa integrá-la à sociedade só a torna cada vez mais distinta dos seus iguais. Assim como a saúde pública, o trabalho e a segurança para os transexuais estão longe de ser um caminho fácil, porque encontra-se extremamente enviesado.

Vê-se que o espaço público para os indivíduos transexuais é segregado. Apesar de a comunidade acadêmica estar buscando discussões acerca da temática e das repercussões sociais com relação a essa população, o alcance de saúde pública, trabalho e inserção social, são questões que tanto para a academia quanto para as políticas públicas, permanecem obscuro.

De acordo com os capítulos acima ressaltados, esta obscuridade se dá por inúmeros fatores, mas, principalmente, pela precarização de apoio psíquico e de saúde aos indivíduos transexuais, pela fragilidade no sistema de segurança pública e o aceite nos nichos de trabalho desta população, e também pela mistificação que envolve o significado da transexualidade tanto para o indivíduo transexual, quanto para a micro sociedade que o circunda.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nossa intenção neste ensaio foi discutir a temática transexuais e transexuais, buscando-se, especificamente, debater as questões mais salutar e evidentes que perpassam a trajetória destes indivíduos, bem como avaliar os avanços e/ou retrocessos alcançados em prol

dos transexuais/transexuais. Para tanto, iniciamos argumentando que as discussões as quais abrangem a sexualidade é algo recente que passou a ser debatido a partir dos Movimentos Feministas atrelado aos pressupostos da Revolução Sexual. Neste ínterim, observa-se uma abertura de espaço para que questões referentes a homossexualidade pudessem ser tratadas, proporcionando que os transexuais ganhassem maior visibilidade social. No cerne destas discussões estão temáticas centrais que mereceram destaque no presente ensaio teórico que se referem à constituição da identidade e da personalidade dos transexuais, os aspectos jurídicos que envolvem a transexualidade e às políticas públicas voltadas para a saúde e segurança destes indivíduos.

No que se tange à constituição identitária dos transexuais, trata-se de um processo sofrido, uma vez que existe uma forte dissonância entre o que a sociedade espera o que eles sejam e o que eles realmente desejam ser. É algo que perpassa o biológico, pois eles não se sentem pertencentes ao gênero que biologicamente possuem, por meio da genitália. O corpo em que se encontram não os identifica como sujeitos psíquicos. Desta forma, buscam construir uma identidade que ainda desconhecem. A solução que alguns transexuais encontram diante desse impasse é optar pela modificação de sexo, através das cirurgias de mudança de sexo que têm se tornado cada vez mais comum. O fato é que nem sempre recebem a preparação que deveriam para realizar o ato cirúrgico. Ainda que o Estado normalize as cirurgias, buscando garantir que o resultado contribua para uma melhora de vida dos transexuais, os efeitos, principalmente no pós-operatório, podem ser drásticos, principalmente no que diz respeito ao psicológico desses indivíduos. O fato de se tornar visualmente homem ou mulher não diminui os preconceitos e a discriminação vivenciados perante a sociedade.

Neste sentido, observa-se que a Justiça tem se mostrado atuante no que se refere ao combate à homofobia e à garantia dos direitos dos transexuais. No entanto, o fato de existirem leis que protegem especificamente os transexuais, muitas vezes aponta para a própria exclusão, uma vez que os difere dos heterossexuais no tratamento da lei.

Ao que parece, o Estado, bem como a sociedade, não estão ainda preparados para lidar com os transexuais. Tanto no aspecto jurídico quanto nas políticas públicas de saúde e segurança, as ações são incipientes e não demonstram até que ponto estão favorecendo ou desfavorecendo esses indivíduos. No momento em que se tem relatos de tratamentos terapêuticos pré-cirurgia de mudança de sexo que apontam para a tentativa de uma mudança de orientação homossexual, verifica-se que nenhum avanço foi conquistado em termos de tratamentos de saúde voltado aos transexuais.

Ademais, o fato de, conforme relatado, os profissionais transexuais atuarem na maioria das vezes em atividades voltadas para o mercado do sexo, com vistas a prostituição e a indústria da pornografia, isso demonstra a incapacidade das políticas públicas em inseri-los na sociedade e garantir o cumprimento de seus direitos. O exercício dessas atividades aumenta ainda mais o preconceito e a discriminação social em relação a esses indivíduos.

Abrir possibilidades para se discutir temas periféricos na sociedade, como é o caso dos transexuais, nos permite compreender que pouco se tem avançado no que se refere a mudanças na realidade dessas pessoas. Por mais que a sociedade tenha se modificado, os estereótipos e estigmas que os transexuais carregam reforçam o sofrimento psíquico por eles vivenciado. Os caminhos que levarão a possíveis soluções para esse problema ainda são desconhecidos, mas o simples ato de refletir sobre essas questões já colabora para que novos rumos sejam encontrados.

Acredita-se que muito ainda se tenha a desvendar sobre os transexuais. Pesquisas empíricas poderão nos revelar a maneira com que os transexuais são tratados no ambiente organizacional e as principais dificuldades por eles encontradas no mercado formal de trabalho. Outro importante ponto a ser estudado diz respeito ao mercado da prostituição transexual no Brasil, sua dinâmica e desenvolvimento como atividade que gera renda e movimentação a economia informal.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, K. G.; TONELI, M. J. F.; MALUF, S. W. O Movimento Feminista na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos nas interfaces de relações de democracia e autonomia. **Revista de Estudos Feministas**. vol.19, n. 3, Florianópolis, 2011.

ÁRAN, M. A Psicanálise e o Dispositivo Diferença Sexual. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis. 2009.

ARÁN, M. **A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero**. Ágora: estudos em Teoria Psicanalítica. vol.9, n. 1, Rio de Janeiro. 2006.

ÁRAN, M.; MURTA, D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis**, vol.19, n. 1, Rio de Janeiro, 2009.

ÁRAN, M.; MURTA, D.; LIONÇO, T. Transexualidade e Saúde Pública no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**. vol.14, n. 4, Rio de Janeiro, 2009.

ÁRAN, M.; Zaidhaft, S.; MURTA, D. **Transexualidade: Corpo, Subjetividade e Saúde Coletiva**. Psicologia e Sociedade. vol. 20, n. 1, Porto Alegre, 2008.

BENTO, B. **Na Escola se Aprende que a Diferença faz a Diferença.** Estudos Feministas. Florianópolis. vol. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.

CANGUÇU-CAMPINHO, A. K.; SOUZA, A. C.; BASTOS, B.; LIMA, I. M. S. O. O Discurso Biomédico e o da Construção Social na Pesquisa sobre Intersexualidade. **Physis Revista de Saúde Coletiva.** vol.19, n. 4. Rio de Janeiro. 2009.

CASTEL, P. H. Algumas Reflexões para estabelecer a Cronologia do Fenômeno Transexual (1910-1995). **Revista Brasileira de História.** vol. 21, n. 41, São Paulo, 2001.

CORRÊA, S. **Cruzando a Linha Vermelha: Questões não Resolvidas no Debate Sobre Direitos Sexuais.** Horizontes Antropológicos. Ano 12, n. 26. Porto Alegre. p.101-121, 2006.

COSTA, M. I. M.; VANIN, M. R. C. L. **O reencontro com a identidade de gênero: contribuições da visão sistêmica novo paradigmática e do psicodrama infantil.** Estudos de Psicologia (Campinas), vol.22, n. 2, São Paulo, 2005.

FRANÇA, I. L. **Identidades Coletivas, Consumo e Política: A Aproximação entre Mercado GLS e Movimentos GLBT em São Paulo.** Horizontes Antropológicos. v. 13. n. 28. Porto Alegre, p. 289-311, 2007.

GABRIEL, A. Ecofeminismo e Ecologias Queer: Uma Apresentação. **Revista de Estudos Feministas.** vol. 19, n. 1. Florianópolis. 2011.

GÓIS, J. B. H. Desencontros: As Relações entre os Estudos Sobre a Homossexualidade e os Estudos de Gênero no Brasil. **Revista de Estudos Femininos.** vol.11. n. 1. Florianópolis. 2006.

LEITE JR., J. **Labirintos Conceituais Científicos, Nativos e Mercadológicos: Pornografia com Pessoas que Transitam entre os Gêneros.** Cadernos Pagu. p.99-128, 2012.

LIONÇO, T. **Atenção integrada à saúde e diversidade sexual no processo transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios.** Physis. vol. 19, n.1, Rio de Janeiro. 2009.

MALUF, S. W. Corporalidade e Desejo: Tudo sobre Minha Mãe e o gênero na Margem. **Revistas de Estudos Femininos.** vol.10, n. 1, Florianópolis, 2002.

MELO, L.; PERILO, M.; BRAZ, C. A.; PEDROSA, C. Políticas de Saúde para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Brasil: Um Busca de Universidade, Integralidade e Equidade. **Revista Latino Americana de Sexualidad, Salud e Sociedad.** N. 9. p. 7-28, 2011.

MOLEIRO, C.; PINTO, N. **Diversidade e Psicoterapia: Expectativas e Experiências de Pessoas LGBT acerca das competências multiculturais de psicoterapeutas.** Ex Aequo Impressa. n. 20, Vila Franca de Xira, 2009.

PRECIADO, B. Multidões *queer*: notas para uma política dos anormais. **Revista de Estudos Femininos.** vol.19, n. 1, Florianópolis, 2011.

PRÓCHNO, C. C. S. C.; NASCIMENTO, M. J. C; ROMERA, M. L. C. **Body Building, Travestismo e Feminilidade.** Estudos de Psicologia, Campinas. 2009.

RODRIGUES, M. T. A Prostituição no Brasil Contemporâneo: Um Trabalho como Outro Qualquer? **Revista Kátal. Florianópolis.** vol.12. n. 1. p. 68-76, 2009.

SOARES, M *et al.* **O apoio da rede social a transexualistas femininas.** Paidéia, vol. 21, n. 48, São Paulo, 2011.

SILVA, F. R.; NARDI, H. C. A Construção Social e Política Pela Não-Discriminação por Orientação Sexual. **Physis Revista de Saúde Coletiva.** vol.21. n. 1. p. 251-265, Rio de Janeiro. 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, p. 175, 1987.

VALADÃO, R. C.; GOMES, R. **A homossexualidade feminina no campo da saúde:** a invisibilidade da doença. Physis. vol.21, n. 4, Rio de Janeiro, 2011.

VENTURA, M.; SCHRAMN, F. R. Limites e Possibilidades do Exercício da Autonomia nas Práticas Terapêuticas de Modificação Corporal e Alteração da Identidade Sexual. Physis: **Revista de Saúde Coletiva.** vol.19, n. 1, Rio de Janeiro 2009.

ZAMBRANO, E. **Parentalidades Imprevisíveis:** pais/mães travestis, homossexuais e transexuais. Horizonte Antropológico, vol.12, n. 26, Porto Alegre, 2006.

**Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:**

CAMPOS, R. C; SILVA, K. A. T; LOPES, M. A; CAPELLE, M. C. A. Avanços e Retrocessos para os Transexuais nos Espaços Públicos. **Rev. FSA,** Teresina, v. 16, n. 1, art. 11, p. 231-251, jan./fev. 2019.

Contribuição dos Autores	R. C. Campos	K. A. T. Silva	M. A. Lopes	M. C. A. Capelle
1) concepção e planejamento.	X	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X	X